

GEOGRAFIA DA SAÚDE NA FRONTEIRA CONTINENTAL DO BRASIL

Paulo Peiter
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esta exposição oral refere-se a tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, insere-se no campo da Geografia da Saúde e tem como objetivo revelar a diferenciação da situação de saúde das populações da faixa de fronteira do Brasil. Interessa-nos identificar os principais determinantes da diferenciação de situações de saúde ao longo da faixa de fronteira e a influência da presença do limite internacional nestas diferentes situações. Estes objetivos serão alcançados a partir de dados secundários disponíveis, à nível municipal, e da utilização de indicadores e das metodologias da geografia da saúde.

Os indicadores utilizados correspondem a três grupos a saber: oferta e acesso aos serviços de atendimento à saúde; situação de saúde e condições de vida. Por fim, estas informações são cruzadas com dados de urbanização, tamanho de cidades, infra-estrutura e outros aspectos estruturadores dos espaços de fronteira.

Os resultados preliminares apontam uma enorme diversidade de situações na fronteira brasileira que tem aproximadamente 15 mil quilômetros de extensão, 569 municípios pertencentes a 11 estados da federação, e uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes em 2001. Nela encontramos espaços de ocupação intensa e espaços totalmente selvagens e de população esparsa; áreas de selvas tropicais, charcos, serras, campos, etc. populações indígenas e populações urbanas de origem européia, locais de difícil acesso e corredores de intenso tráfego, áreas com bom acesso aos serviços de saúde, e áreas quase isoladas, enfim um verdadeiro mosaico de situações que se expressam na situação de saúde destas populações, marcadas ainda pela sua localização fronteiriça e suas particularidades.

No que diz respeito à situação de saúde foram selecionadas algumas doenças específicas para serem analisadas conforme sua distribuição espacial nos municípios de fronteira, dentre elas a malária, a tuberculose e a aids. Observou-se o comportamento destas doenças em relação às condições de vida e ambiente em que se inserem as populações da fronteira e em relação à dinâmica sócio-espacial destes espaços-população.

No que se refere à malária, além da grande importância do componente ambiental, associam-se fatores relativos à dinâmica populacional e sua vulnerabilidade e os serviços de saúde, particularmente quanto à efetividade dos programas de prevenção e controle de vetores, e atendimento à população infectada. Por outro lado, no que se refere à epidemia da Aids nas

fronteiras, foi observado um maior peso dos fatores relacionados ao grau de urbanização e à conectividade dos diferentes espaços de fronteira às principais redes urbanas nacionais, bem como de fatores ligadas à dinâmica sócio-econômica destes espaços, como por exemplo pertencer à rotas de tráfico de drogas, que tornam estes espaços mais vulneráveis à penetração e difusão da epidemia. Outro aspecto importante no que se refere à epidemia da Aids na fronteira é a relação com os países limítrofes, onde não só as taxas de incidência são bem diferentes das brasileiras, como os recursos disponíveis para o seu controle também, haja visto que o Brasil é o único país da América do Sul a fornecer gratuitamente os medicamentos aos doentes de Aids. Enfim, até onde foi possível avançar neste estudo, percebeu-se uma série de aspectos particulares da saúde na fronteira, os quais pretendemos esclarecer, através de uma primeira aproximação à esta realidade.

Deste modo pretende-se dar uma contribuição para os formuladores de políticas públicas em particular no que se refere às políticas de saúde para as áreas de fronteira.